



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
15ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA  
(2º Grupamento de Fronteira/1971)  
(BRIGADA GUARANI)

**ANEXO II – PROJETO BÁSICO**

**1. OBJETO**

1.1 Contratação de serviço de encadernação para o Cmdo da 15ª Bda Inf Mec, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	TENCADERNAÇÃO CAPA DURA (ESCRITA DOURADA)	12866	Serviço	70

**2. DAS JUSTIFICATIVAS**

2.1.A Ajudância Geral do Cmdo 15ª Bda Inf Mec necessita contratar serviços de encadernação destinados aos documentos da secretaria.

2.2.Está caracterizada a dispensa de licitação, com amparo no inciso II, do Art. 75, da Lei nº 14.133/21, por motivo do valor total ser inferior a R\$ 50.000,00.

**3. DAS RAZÕES DA ESCOLHA DA EMPRESA**

3.1.A empresa selecionada será escolhida em razão de apresentar a proposta de preços com valor mais baixo dentre as empresas concorrentes na pesquisa de preço.

**4. VALOR DA CONTRATAÇÃO**

4.1.O valor estimado da contratação é de R\$ 1.750,00 ( um mil, setecentos cinquenta reais).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **5. DA NOTA DE EMPENHO**

5.1.A Unidade Gestora emitirá Nota de Empenho, tipo ordinário, e será enviada à empresa para fins de documento hábil de vínculo para a contratação de serviço, conforme prescreve o Art. 95 da Lei 14.133/21.

## **6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

6.1. O prazo de prestação do serviço terá como prazo longo de início, **30 (trinta) dias** após o conhecimento da Nota de Empenho por parte da empresa prestadora do serviço, no endereço abaixo, conforme se segue:

6.2. O serviço deverá ser realizado no endereço do Comando da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada: Rua Rio de Janeiro, nº 229, Bairro Centro, CEP 85.801-030, Cascavel-PR, de segunda a quinta-feira, durante o horário de expediente das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h, e na sexta-feira, no horário de expediente das 08:00h às 11:30h.

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

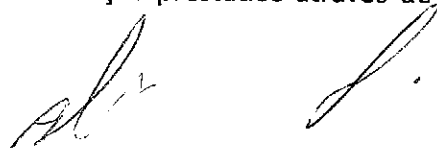
6.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do serviço prestado não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **7 . DO PAGAMENTO**

7.1.O pagamento será efetuado pelo Cmdo 15ª Bda Inf Mec no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo os serviços prestados através de



ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela empresa selecionada.

7.2.O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços contratados.

7.3.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa selecionada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Comando da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada.

7.4.Antes do pagamento à empresa selecionada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.5.Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da empresa selecionada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Comando da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada.

7.6.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Cmdo 15ª Bda Inf Mec deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da empresa selecionada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.7.Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

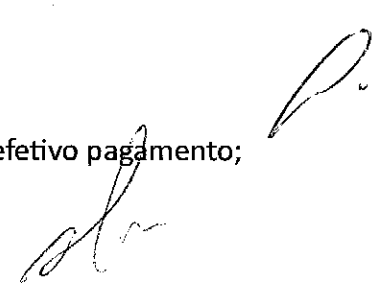
7.8.A empresa selecionada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.9.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a empresa selecionada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Cmdo 15ª Bda Inf Mec, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa nos termos do Art 155 da Lei nº 14.133/21, a Contratada que:

8.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Multa de 10% ( dez por cento), sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os

entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.3.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

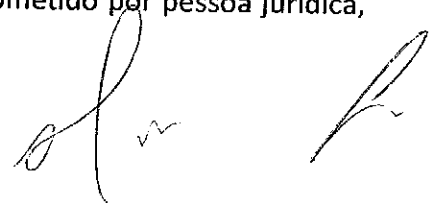
8.3.7. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.3.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.3.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.3.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.3.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



8.3.12.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.3.13.As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 9. APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL-FATURA/BOLETO DE PAGAMENTO

9.1.1 A empresa selecionada apresentará a Nota Fiscal-Fatura, após a prestação dos serviços, a qual será atestada por militar especificamente designado para fins de liquidação e pagamento.

Cascavel-PR, 30 de maio de 2022

  
**RUDINEI ANTONIO GOI - S Ten**

Aux Enc St Mat Cmdo 15ª Bda Inf Mec

### DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Aprovo o Projeto Básico e determino a abertura do processo correspondente;
2. A SALC tome as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor;
3. Será empregado os recursos do 2022NC002363, UG 160173, PTRES 171460, FONTE 0100000000, natureza da despesa 339000 e PI I3DAFUNADOM.

Cascavel-PR, 30 de maio de 2022.

  
**ALEXANDRE ANDRADE DE JESUS FERREIRA – Cel**  
ORDENADOR DE DESPESA